

DIREITOS REPRODUTIVOS NO JORNAL MULHERIO (1981-1988): UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DE UM FEMINISMO ALHEIO À COR E À CLASSE SOCIAL

DERECHOS REPRODUCTIVOS EN EL PERIODICO MULHERIO (1981-1988): UNA REFLEXIÓN SOBRE LOS LÍMITES DE UN FEMINISMO DIFERENTE AL COLOR Y LA CLASE SOCIAL

REPRODUCTIVE RIGHTS IN THE JOURNAL MULHERIO (1981-1988): A REFLECTION ON THE LIMITS OF A FEMINISM OTHERWISE TO COLOR AND SOCIAL CLASS

MIRANDA, KAROLLINY JOALLY DAS NEVES

Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

E-mail: karolmiranda03@gmail.com

CORDÃO, MICHELLY PEREIRA DE SOUSA

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, Brasil; Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.

E-mail: internacional@setor.ufcg.edu.br

RESUMO

Neste artigo, abordaremos a forma com que as feministas acadêmicas do jornal *Mulherio* (1981-1988) debateram as questões reprodutivas nos anos de 1980. As nossas análises revelaram que as discussões feitas por essa produção, no que tange aos direitos reprodutivos, eram marcadas por uma concepção universalista da mulher que ignorava a dimensão étnico-racial e a estrutura classista que divide a sociedade. Comprometidas com uma perspectiva interseccional de viés antissistêmico, dialogamos com as contribuições de algumas autoras que têm se esforçado para explicar as imbricações entre capitalismo, sexismo e racismo. Por fim, é importante que se diga que expor os limites que marcaram a forma com que o *Mulherio* empreendia o debate sobre a reprodução não significa desprezar as suas contribuições para se compreender as pautas feministas daquela experiência, isto é, de seu uso como fonte histórica. Aqui nos interessa, muito mais, analisar a forma com que essa produção dialogava com a sociedade de seu tempo para podermos avançar na luta por direitos reprodutivos – que está vinculada à luta pelo fim da sociedade de classes.

PALAVRAS-CHAVE: *mulherio* (1981-1988); direitos reprodutivos; interseccionalidade

RESUMEN

En este artículo, abordaremos la forma en que las académicas feministas del diario *Mulherio* (1981-1988) debatieron sobre cuestiones reproductivas en la década de 1980. Nuestras análisis revelaron que las discusiones realizadas por esta producción, en torno a los derechos reproductivos, estuvieron marcadas por una concepción universalista de la mujer que ignoraba las líneas étnico-raciales y clasistas. Comprometidos con una perspectiva interseccional con sesgo antisistémico, dialogamos con los aportes de algunos autores que se han esforzado por explicar los traslajos entre capitalismo, sexismo y racismo. Finalmente, es importante decir que exponer los límites que marcaron la forma en que *Mulherio* asumió el debate sobre la reproducción no significa desprezar sus aportes para comprender las agendas feministas de esa experiencia, es decir, su uso como fuente histórica. Aquí nos interesa mucho más analizar la forma en que esta producción dialogó con la sociedad de su tiempo para que pudiéramos avanzar en la lucha por los derechos reproductivos, que está ligada a la lucha por el fin de la sociedad de clases

PALABRAS CLAVES: *mulherio* (1981-1988); derechos reproductivos; interseccionalidad.

ABSTRACT

In this article, we will approach the way in which the academic feminists of the *Mulherio* newspaper (1981-1988) debated reproductive issues in the 1980s. Our analyzes revealed that the discussions made by this production, with regard to reproductive rights, were marked by a universalist conception of women that ignored ethnic-racial and classist lines. Committed to an intersectional perspective with an anti-systemic bias, we dialogue with the contributions of some authors who have endeavored to explain the overlaps between capitalism, sexism and racism. Finally, it is important to say that exposing the limits that marked the way in which *Mulherio* undertook the debate on reproduction does not mean despising its contributions to understanding the feminist agendas of that experience, that is, its use as a historical source. Here we are much more interested in analyzing the way in which this production dialogued with the society of its time so that we could advance in the struggle for reproductive rights – which is linked to the struggle for the end of class society

KEYWORDS: *mulherio* (1981-1988); reproductive rights; intersectionality.

INTRODUÇÃO

Por meio deste artigo, buscamos apresentar alguns resultados alcançados em nossa pesquisa de mestrado. Neste trabalho, ainda em andamento, estudamos a luta por direitos reprodutivos no Brasil, em um recorte temporal que abrange as décadas de 1980 e 1990. Neste artigo, trataremos, especificamente, da forma com que as feministas acadêmicas do jornal *Mulherio* (1981-1988) empreendiam, nos anos 1980, o debate sobre as questões reprodutivas.

Em termos históricos, a luta por direitos reprodutivos emergiu no seio dos movimentos feministas que eclodiram em meados do século XX (PITANGUY, 1999). Essa luta nasceu da demanda para ampliar o foco extremado que as feministas brancas dos setores médiosⁱ até então atribuíam à legalização do aborto – uma vez que o risco de uma gravidez indesejada, para essas mulheres, representava um entrave para o alcance de seu sucesso individual – para outros problemas que as mulheres de minorias sociais e étnicas enfrentavam em suas vidas reprodutivas, os quais, assim como a legalização do aborto, também mereciam atenção (DAVIS, 2016).

Desse modo, para além da legalização do aborto, a luta por direitos reprodutivos também toca em questões como: oferta de educação sexual e não sexista; oferta responsável de métodos contraceptivos; socialização do cuidado, demanda que é materializada, em grande medida, na luta pela oferta de creches; oferta de serviços públicos de saúde que atendam as mulheres desde a adolescência até a menopausa, tratando, portanto, de demandas que atravessam toda a sua vida reprodutiva etc. (HOOKS, 2019).

O *Mulherio* (1981-1988), fonte em que analisaremos como ocorreu o debate dessas questões, tinha sede na cidade de São Paulo e era produzido por um grupo de pesquisadoras vinculadas à Fundação Carlos Chagas (FCC). Nos anos 1980, a Fundação era o principal centro de pesquisas sobre a condição feminina existente no Brasil. Além de ter recebido financiamento da própria FCC (até 1983), a publicação também recebeu recursos da Fundação Ford (FF/até 1988). Foram esses financiamentos que permitiram que a publicação se tornasse um dos periódicos feministas brasileiros com um dos maiores tempos de atividade – abrangendo quase uma década de publicações.

Ao longo da década de 1980, ainda que de forma restrita, o *Mulherio*, na condição de veículo de comunicação feminista, cumpriu com o papel de divulgador das demandas das mulheres para a sociedade brasileira. Porém, como veremos ao longo desse texto, nossas análises revelam que as discussões feitas por essa produção, no que tange às questões reprodutivas, eram marcadas pela ausência de um recorte étnico-racial e de uma perspectiva classista.

Mas antes de partirmos para a discussão propriamente dita, é importante informar aos leitores que o artigo que se segue está estruturado em quatro tópicos. No primeiro, intitulado “*Mulherio*: a voz das feministas acadêmicas do sudeste brasileiro”, nós traçamos o perfil socioeconômico das feministas que escreviam naquela publicação; no segundo, “Um defeito de cor: a ausência de um recorte étnico-racial no debate da reprodução”, nós discutimos de que modo o *Mulherio* empreendeu o debate das questões raciais e, sobretudo, mostramos que o debate dos direitos reprodutivos, particularmente, foi marcado pela ausência de um recorte étnico-racial; no terceiro, “Um feminismo alheio às contradições de classe”, nós tentamos entender os motivos que poderiam explicar a ausência de uma perspectiva classista no jornal; e no quarto e último tópico, “Por um feminismo anticapitalista e antirracista”, antes das considerações finais e após termos identificado essas lacunas, defendemos, com base nas teorias feministas anticapitalistas, que a luta pela emancipação feminina, a qual inclui a luta por direitos reprodutivos, não pode se eximir de contestar a discriminação racial e a exploração do trabalho.

MULHERIO: A VOZ DAS FEMINISTAS ACADÊMICAS DO SUDESTE BRASILEIRO

O *Mulherio* foi um jornal feminista brasileiro produzido na década de 1980 – mais precisamente, entre os anos de 1981 e 1988. Durante esse período, um total de 40 edições foi publicado, as quais tinham, em média, tiragem de 12 mil exemplaresⁱⁱ. Muito embora tenha recebido financiamento de importantes instituições privadas, é importante destacar que o seu ciclo de publicações era marcado por instabilidades, algo que costuma marcar a trajetória de muitas produções alheias aos circuitos da grande imprensa comercial. Desse modo, o *Mulherio* registra, ao longo de sua trajetória, edições com periodicidade irregular: mensais, bimensais, trimensais e até mesmo uma edição semestral – a referente a março-agosto de 1986.



O jornal tinha sede em São Paulo, e sua circulação, embora atingisse todo o Brasil, limitava-se apenas às capitais estaduais. Somente nas regiões Sul e Sudeste, o *Mulherio* conseguia penetrar em algumas cidades do interiorⁱⁱⁱ. Já na região Norte, a sua circulação era bastante tímida, chegando apenas à cidade de Belém (PA). Sua venda se dava, sobretudo, no espaço dos grupos feministas e de livrarias – e, em alguns lugares, a publicação também podia ser adquirida em algumas bancas de jornais.

Embora a sua circulação não se restringisse a São Paulo, cidade em que o *Mulherio* era produzido, as suas discussões sobre reprodução privilegiavam aquela localidade. Ou seja, apesar de se anunciar como um jornal feminista brasileiro, o que não deixa de ser verdade, as demandas, as iniciativas e os exemplos comumente citados em suas matérias situavam-se no espaço-tempo da cidade de São Paulo. No entanto, apesar de haver esse destaque maior dado ao cenário paulistano, é verdade que a análise de suas matérias nos permite afirmar que havia certo esforço por parte da produção para dialogar com grupos feministas de outros lugares do país.

Num contexto de inflação descontrolada, o preço do *Mulherio* variou bastante. Entre 1981 e 1985, por exemplo, quando a moeda brasileira era o cruzeiro (Cr\$), o seu preço variou entre Cr\$ 50,00 e Cr\$ 7.000,00, quando o salário-mínimo dos brasileiros também sofreu variações da casa dos Cr\$ 97.176,00 a Cr\$ 600.000,00^{iv}. Entre 1986 e 1988, sob o cruzado (Cz\$), quando o salário-mínimo sofreu variações em torno de Cz\$ 800,00 e Cz\$ 7.2000,00, o preço do jornal, por sua vez, variou entre Cz\$10 e Cz\$100^v. Mas apesar de contar com esses valores arrecadados com as vendas, é importante lembrarmos que a sua principal fonte de recursos eram os financiamentos que recebia de instituições privadas.

Entre 1981 e 1983, a publicação recebeu financiamento da FCC, instituição que, conforme já destacamos, era, nos anos 1980, o principal centro de pesquisas sobre a condição feminina existente no Brasil; e, entre 1981 e 1988, ou seja, durante todo o período de sua existência, o *Mulherio* recebeu financiamento da Fundação Ford (FF), esta que foi a sua principal fonte de recursos^{vi}. Segundo informações divulgadas pela própria Fundação, entre os anos de 1984 e 1987, o *Mulherio* recebeu recursos que se aproximam da faixa dos 310 mil dólares – valor que deve ser considerado em acordo com a conjuntura monetária daquela época (ADONO e CARDIA, 2002).

A FF trata-se de uma instituição filantrópica privada que desde a década de 1960 atuava no Brasil. Através de seus investimentos em áreas prioritárias e de suas ações estratégicas, a FF, à maneira de outras instituições estadunidenses privadas da época, atuava para preservar, no contexto da Guerra Fria (1945-1991), a ordem de dominação capitalista e manter os países de capitalismo dependente alinhados à ideologia liberal (CHAVES, 2011; ROCHA, 2015).

A partir da década de 1980, e visando a reduzir as taxas de natalidade do Brasil, uma vez que os altos índices populacionais passavam a ser vistos, na época, como fermentadores do ideário comunista, a Fundação passou a investir na promoção social das mulheres. Essa nova estratégia estava baseada na visão liberal de que favorecer a ascensão individual das mulheres, através da oferta de oportunidades acadêmicas e profissionais, levá-las-ia a recusar o tradicional destino de serem mães (SOUZA, 2002). Não por acaso, foi nesse momento que a FF passou a investir em produções e projetos feministas, como era o caso do *Mulherio*^{vii}.

A leitura da *Ideologia alemã* (2007), um trabalho conjunto produzido por Marx e Engels no século XIX, permite-nos afirmar que as produções culturais não podem ser tomadas em si mesmas, mas devem ser consideradas em diálogo com o contexto histórico-concreto em que foram produzidas. Desse modo, se por um lado o *Mulherio*, produção aqui analisada, registra a agência das feministas acadêmicas brasileiras da década de 1980, as quais contribuíram para o debate das questões femininas, por outro, e de forma contraditória, esse mesmo jornal deve ser encarado como o produto de um contexto material em que instituições privadas estadunidenses foram levadas a investir na promoção social das mulheres para preservar, de forma atualizada, a hegemonia capitalista.

E uma vez que era atravessado por essas contradições, o *Mulherio* era uma produção brasileira que se relacionava de forma também contraditória com a luta por direitos reprodutivos. Por um lado, era uma publicação feminista que empreendia o debate da reprodução a partir dos interesses e das necessidades das mulheres, mas, por outro, era financiado por uma entidade privada que, à época, perseguia interesses controlistas. Além disso, por mais que apresentasse uma visão progressista, sobretudo por partir de uma postura política feminista, é preciso que consideremos que, ao empreender o debate das questões reprodutivas, o *Mulherio*, um jornal produzido por feministas acadêmicas brasileiras, contraditoriamente caminhava, de um lado, para a contestação de estruturas históricas de opressão e desigualdade, mas, por outro, também reproduzia essas mesmas estruturas (THOMPSON, 1981).

Uma prova de que o *Mulherio* não conseguia romper com as estruturas de dominação nas quais estava inserido pode ser vista no fato de as mulheres que nele escreviam eram, em sua maioria, brancas, intelectualizadas – pesquisadoras e profissionais liberais –, que, do ponto de vista da renda, pertenciam às camadas médias do sudeste brasileiro – sobretudo à paulista. Algumas feministas acadêmicas que chegaram a integrar o conselho editorial do jornal foram: a



cientista social Carmem Barroso, a socióloga Eva Blay, as antropólogas Marisa Corrêa e Ruth Cardoso, a psicanalista Maria Rita Kehl, entre outras. Em um país de capitalismo dependente, marcado por profundas desigualdades sociais, pode-se dizer que essas eram as mulheres que detinham o privilégio de refletir sobre os problemas que as afetavam, na sociedade brasileira daquele momento.

No *Mulherio*, o debate sobre direitos reprodutivos não era feito por mães/chefes de família, donas de casa, esposas ou trabalhadoras. A presença de mulheres como a merendeira Maria da Pureza^{viii}, a empregada doméstica Geralda^{ix} ou Jane Maria Alves, mãe que, na época, estava sendo denunciada por abandono de menor após ter deixado seus filhos sozinhos para poder trabalhar^x, são as poucas exceções que apenas servem para confirmar a regra de que, naquela produção, quem detinha a autoridade para falar sobre reprodução eram as feministas acadêmicas: mulheres “politizadas” e especialistas no assunto.

Na matéria “Um fato político inquestionável”^{xi}, por exemplo, temos um texto escrito por Maria Malta Campos, pesquisadora e feminista brasileira vinculada à FCC que investigava a problemática das creches. Ao longo da sua exposição, ela falava das mudanças no modo com que a creche passou a ser encarada pela sociedade brasileira, comentava sobre alguns problemas associados à oferta desse serviço no Brasil e destacava a importância da luta por creches. Além disso, é interessante ver que a matéria trazia dados que mostravam a relação entre oferta de creches e renda, revelando que, no Brasil, aqueles que possuíam mais recursos eram os mesmos que possuíam mais acesso a esse serviço. De outra forma, o texto também informava sobre o caso de Jane Alves, citada no parágrafo anterior.

O curioso dessa matéria, porém, é que nela a pesquisadora, uma especialista no assunto, falava, em um tom genérico, de um problema que, segundo ela, atingia “a mulher trabalhadora”. Quanto a isso não temos dúvidas. Porém, ao analisarmos esse texto, a questão que fica é: cadê essa “mulher trabalhadora” para também falar do seu problema? Esse é um dos questionamentos mais recorrentes quando paramos para analisar os textos publicados pelo *Mulherio*. Aqui é importante dizer que, obviamente, por se tratar de um veículo de informação, era imprescindível que o jornal trouxesse o posicionamento de especialistas, que são os que, socialmente, possuem legitimidade para falar de determinados assuntos. Porém, isso não justifica a quase exclusão feita por essa publicação de mulheres fora do espectro social “pesquisadora-feminista”.

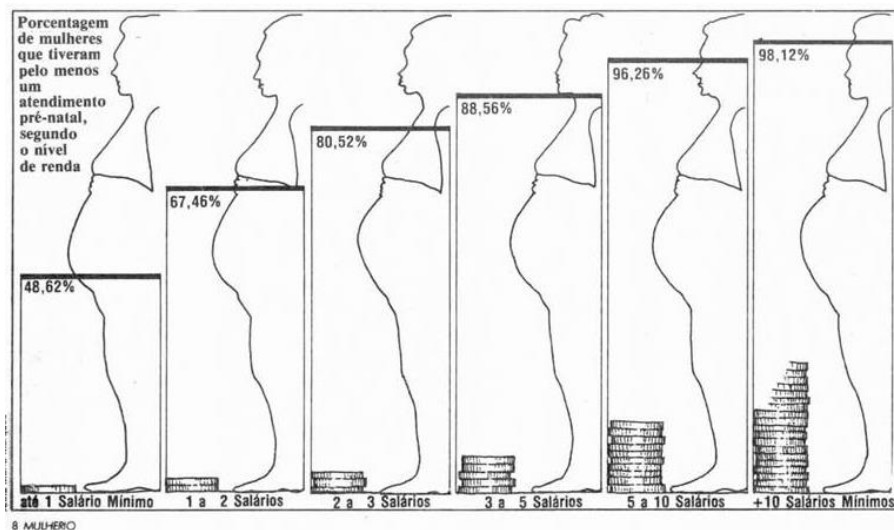
UM DEFEITO DE COR^{xii}: A AUSÊNCIA DE UM RECORTE ÉTNICO-RACIAL NO DEBATE DA REPRODUÇÃO

No debate das questões reprodutivas, feito a partir da posição de mulheres privilegiadas, é verdade que as desigualdades sociais existentes entre as mulheres não eram ignoradas. Ou seja, as feministas que escreviam no *Mulherio* não ignoravam que as desigualdades sociais estabeleciam um leque de privações ou privilégios sobre a vida reprodutiva das mulheres. Contudo, ao abordarem essas desigualdades, elas apenas se limitavam aos recortes de renda e escolaridade. Assim, marcadores sociais como raça e sexualidade, por exemplo, não eram considerados nas discussões feitas pelas feministas dessa publicação.

Na matéria “De novo: o direito de controlar o nosso próprio corpo”^{xiii}, escrita por Carmem Barroso, e para tratarmos de um exemplo, há o seguinte quadro que evidenciava a relação entre atendimento pré-natal e nível de renda, revelando que quanto maior a renda, maior era a probabilidade que a gestante tinha, no Brasil, de acessar esse tipo de serviço:



Atendimento pré-natal segundo nível de renda.



Publicada no *Mulherio*, na edição de abril-maio-junho de 1985, p. 8.

O problema é que esse recorte de renda apresentado pela matéria não possui “cor”. Em um país cuja história é marcada pela escravização de pessoas negras, a consideração de um recorte étnico-racial não se trata de apenas mais um dado. Caso tivesse feito isso, ou apenas levantado esse questionamento, a matéria teria fornecido instrumentos para que os seus leitores tomassem consciência de que, infelizmente, as mulheres negras e pardas, que são as que possuem os menores níveis de renda no Brasil, são as que mais enfrentam obstáculos, em nossa sociedade, para o usufruto de seu direito à maternidade.

É verdade que o *Mulherio* não desprezou o debate das questões raciais. Lélia Gonzalez^{xiv}, por exemplo, a única intelectual negra que chegou a fazer parte do conselho editorial daquele jornal, e cuja obra vem sendo resgatada na atualidade, foi uma das feministas que, nos anos 1980, publicou alguns textos, naquele veículo, sobre o racismo enfrentado pelas mulheres negras na sociedade brasileira. Porém, chama a atenção que, ao longo de 40 edições publicadas, cada uma contendo, em média, pouco mais de 20 páginas, apenas contabilizamos o número de quatro matérias escritas por Gonzalez^{xv}.

Aqui merece destaque a matéria “Mulher negra”, publicada na edição de setembro-outubro de 1981^{xvi}. Esse texto chama atenção, pois, diferentemente dos demais escritos pela mesma autora, ele ocupa um espaço um pouco maior naquela publicação: duas páginas. Nessa matéria, há um trecho interessante em que Gonzalez descreve o movimento feminista, hegemônico por mulheres brancas:

[...] o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc.^{xvii}

De outra forma, nele Gonzalez também destacava a condição particular da mulher negra: “[...] ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade”^{xviii}. Ao longo do texto, a autora discutia como que o racismo se refletia, entre outras coisas, nas relações de trabalho. Através de dados, Gonzalez destacava, por exemplo, que, para além das desigualdades entre homens e mulheres que caracterizavam a força de trabalho brasileira, também havia o fato de que, não por acaso, as trabalhadoras negras, no Brasil, eram a maioria a ocupar os postos de menor capacitação profissional. Além disso, para todos os níveis de ocupação, ela destacava que se era verdade que os homens ganhavam mais do que as mulheres, também era verdade que as mulheres brancas ganhavam mais do que as negras.

Por um lado, a análise dessas matérias nos leva a reconhecer as contribuições do jornal ao proporcionar espaço, ainda que restrito, para o tratamento dessas questões. Por outro, porém, é preciso reconhecer os limites dessa abordagem. Consideramos que a forma presente, mas insipiente, com que as questões raciais eram tratadas por essa produção reproduz aquilo que nomeamos, a partir de Lorde (2020), de guetificação das questões negras. A partir das colocações feitas por essa autora, pode-se dizer que esse fenômeno ocorre quando o debate dos problemas vividos pelas populações negras não é ignorado, mas é feito em espaços específicos, de forma isolada, e não transversal, como deveria ser.

Hoje, felizmente não podemos mais nos recusar a tratar das experiências das populações negras, contudo, fazê-lo de forma guetificada contribui para a reprodução da idéia de que somente esse grupo deve ter contato com as discussões raciais (LORDE, 2020). Ao longo de suas edições, o *Mulherio* deu destaque a essas experiências, contudo, no debate das questões reprodutivas, feito por mulheres brancas, as desigualdades raciais não foram consideradas.

Do ponto de vista temático, também é importante destacar que a maioria dos textos sobre direitos reprodutivos publicados no *Mulherio* tratavam da legalização do aborto. Feministas negras^{xix} como Davis (2016) e hooks (2019) costumam criticar essa ênfase que feministas brancas, provenientes dos setores médios, depositam na luta pela legalização da prática.

A partir dessa crítica, é importante que se diga que essas autoras não querem invalidar a luta pela legalização do aborto, que é, sim, fundamental para a emancipação das mulheres. Elas querem, na verdade, chamar atenção para outros problemas, também importantes, vividos pelas mulheres não brancas e pobres no âmbito da reprodução, os quais foram historicamente ignorados pelo movimento feminista hegemônico pelas mulheres brancas pertencentes às camadas médias. Nas palavras de hooks:

No movimento feminista renovado, a questão geral de direitos reprodutivos precede qualquer outra questão. Isso não quer dizer que os esforços para a aprovação do aborto legal, seguro e barato não permaneça central, simplesmente não será a única questão central (2019, p. 54-55).

UM FEMINISMO ALHEIO ÀS CONTRADIÇÕES DE CLASSE

Produzido a partir do lugar de privilégio ocupado pelas mulheres brancas, intelectualizadas e pertencentes às camadas médias, o debate sobre direitos reprodutivos feito no *Mulherio*, além de desconsiderar recortes raciais, também era marcado pela ausência de uma perspectiva de classe. Aqui é importante destacar que a presença de feministas marxistas no corpo editorial que produzia o jornal, como era o caso da socióloga Heleieth Saffioti e da historiadora Elisabeth Souza Lobo, por exemplo, não foi suficiente para que essa produção adotasse uma postura classista que fosse além da mera denúncia das desigualdades sociais. Isso quer dizer que, apesar de reconhecerem as desigualdades existentes entre as mulheres, as feministas que escreviam naquela produção não denunciavam as origens estruturais dessas desigualdades – a sociedade capitalista, patriarcal e racista –, tampouco apontavam estratégias para a superação dessas estruturas.

Essa ausência de uma perspectiva de classe não era exclusividade do *Mulherio*. Sobre isso, pesquisadoras brasileiras que se dedicam ao estudo da chamada imprensa feminista costumam destacar essa falta de um recorte de classe^{xx} nas publicações da década de 1980. Cardoso (2004), por exemplo, que produziu uma dissertação na área da comunicação, observou que enquanto os primeiros periódicos feministas brasileiros, produzidos na década de 1970, privilegiavam o recorte de classe, os periódicos da década de 1980 se limitavam a focalizar os recortes de gênero. Segundo Cardoso, esses diferentes enfoques refletem as diferentes estratégias e posições assumidas pelos grupos feministas brasileiros ao longo dessas duas décadas.

Na década de 1970, a luta contra a ditadura e a ligação estabelecida entre os grupos feministas e as organizações de esquerda são fatos que explicariam, na visão da autora, a produção de uma imprensa feminista de traço mais insurgente e subversivo. Já na década seguinte, 1980, o rompimento com aquelas organizações e a entrada de muitas feministas em órgãos estatais são fatos que explicariam a adoção, por parte de muitos grupos feministas brasileiros, de um discurso mais moderado e reformista, o qual se reflete, também, nas suas produções. Além disso, Cardoso (2004) também destaca que na década de 1980 muitos periódicos feministas brasileiros, tal como o *Mulherio*, passaram a receber financiamento de instituições privadas ou do próprio Estado, fato que não pode ser desprezado.



Nos anos 1980, momento em que as feministas do *Mulherio* debatiam a reprodução, os movimentos feministas brasileiros de fato passavam por um acentuado processo de institucionalização. Naquele contexto de liberalização política e reabilitação das instituições democráticas brasileiras, muitas pautas feministas passaram a desfrutar de mais espaço e legitimidade perante a sociedade, e muitas militantes passaram a ocupar postos no âmbito do Estado. Esse processo de institucionalização do movimento feminista brasileiro vivido naquele momento trouxe, contraditoriamente, vantagens e desvantagens (CORRÊA, 2001; MORAES, 1996; SARTI, 2004).

De modo positivo, a inserção das feministas nas instâncias do Estado resultou na formulação das primeiras políticas públicas embasadas em uma perspectiva de gênero, das quais participaram muitas feministas, e na criação de organismos destinados a atender às demandas das mulheres. Datam desse momento, por exemplo, a criação do Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher (PAISM), um dos marcos da luta por direitos reprodutivos no Brasil, bem como a criação dos chamados conselhos da condição feminina, tanto a nível federal como estadual (MORAES, 1996).

De modo negativo, porém, essa tendência à institucionalização vivida por amplos setores do movimento feminista brasileiro provocou, segundo Moraes (1996), o distanciamento entre esse movimento e as bases populares. Por outro lado, o processo de institucionalização dos estudos feministas, que também foi financiado por instituições como a FF (MIRANDA e CORDÃO, 2021), viria aumentar o abismo entre teoria e prática, e fortalecer a tendência para que, no Brasil, as reflexões e os debates feministas se concentrassem, majoritariamente, nos espaços acadêmicos. Nas palavras de Moraes, pesquisadora que protagonizou esses eventos, na década de 1980:

Cumpria-se um dos maiores temores das primeiras feministas, que cultuavam formas não-hierárquicas de organização e desconfiavam do poder de cooptação do sistema patriarcal e capitalista, segundo expressões correntes na época. De fato, a partir da conquista de espaços nos aparelhos de Estado, os pequenos grupos de vanguarda foram engolidos pela dinâmica política dos governos estaduais e federais. Afrouxaram-se os laços que tinham unido intelectuais feministas e movimentos populares de mulheres; desapareceu a militância não-profissional ao mesmo tempo em que a discussão sobre a questão da mulher e sobre a perspectiva de análise feminista desloca-se cada vez mais para os espaços acadêmicos (1996, p. 11).

A verdade é que esse processo de institucionalização pelo qual passaram os movimentos feministas brasileiros provocou a moderação da militância feminista – uma moderação que, em muitos casos, resultou na completa despolitização dos movimentos de emancipação feminina, com muitos grupos passando a se contentar, apenas, com as conquistas formais. Essa moderação com certeza pode ser considerada um dos motivos que explicaria a recusa que amplos setores do movimento feminista brasileiro passaram a fazer, nesse momento, de uma perspectiva antissistêmica.

Por outro lado, também não deixa de ser verdade que as organizações de esquerda têm a sua parcela de responsabilidade no que tange a esses novos rumos tomados pelos movimentos feministas brasileiros na década de 1980. Wolff (2010) nos mostra que se é verdade que, no Brasil, os movimentos feministas brasileiros, retomados em meados da década de 1970, nasceram no seio das organizações de esquerda armada, também não deixa de ser verdade que as militantes feministas dessas organizações tiveram que enfrentar o machismo cotidiano de seus companheiros. No interior dessas organizações, por exemplo, as posições estratégicas eram frequentemente desempenhadas pelos homens, à medida que às mulheres cabia o desempenho das funções domésticas. Além disso, na visão dos companheiros, os problemas vividos pelas mulheres eram “menores”, e seriam “automaticamente” resolvidos com a implantação da sociedade socialista.

Nesse momento, aproveitamos para lembrar que esse modo simplista de encarar o fim da opressão das mulheres não foi exclusivo das esquerdas brasileiras, mas que é um fenômeno observado em setores da esquerda ao redor de todo o mundo, e que a existência desse tipo de discurso é tão antiga quanto os esforços daquelas que lutam contra ele. Saffioti (2013), por exemplo, socióloga marxista brasileira que foi uma das pioneiras, no mundo, a explicar, em termos teóricos, as imbricações entre exploração de classe e opressão de gênero, já comentava, em fins da década de 1960, que a transformação radical das estruturas socioeconômicas, embora seja elemento indispensável para a emancipação das mulheres, não garante, por si só, o fim da subordinação feminina.

De outro modo, também é possível afirmar que, para além da mentalidade e das práticas machistas que vigoravam no interior das organizações, a forma simplista com que a opressão das mulheres foi, durante muito tempo, encarada por amplos setores da esquerda também encontra explicação no economicismo vulgar que durante muito tempo



predominou na tradição marxista. O próprio Thompson (1981), historiador alinhado ao marxismo, não ignorou a visão economicista que vigorou em obras marxianas^{xxi} como *Grundrisse*, escrita por Marx nos anos 1840. Em sua leitura feita desta obra, Thompson denuncia a forma com que Marx supervalorizou a esfera econômica, à medida que outras instâncias sociais foram secundarizadas. E de forma mais incisiva, o historiador também critica o economicismo idealista do filósofo francês Louis Althusser, o idealizador do chamado marxismo estruturalista, que vulgarizou a tese de que a “base” econômica determinaria a “superestrutura” social.

No início da década de 1980, quando as tensões entre os grupos feministas brasileiros e as organizações de esquerda tornaram-se insustentáveis, houve rupturas de ambos os lados, fato que, inegavelmente, contribuiu para que os grupos feministas brasileiros passassem a desfrutar de maior autonomia – autonomia que, na prática, tomou feições isolacionistas, fazendo com que muitos grupos se afastassem dos setores de base (MORAES, 1996). Nesse novo contexto, a nova forma de atuação adotada por amplos setores do movimento foi o formato de Organizações Não Governamentais (ONGs). Para a década de 1980, Sarti (2004) destaca, não por acaso, o crescente número de ONGs feministas que passava a surgir por todo o Brasil.

Por sua vez, Nancy Fraser (2016) critica esse formato de militância, que passou a predominar em vários países após a interferência de grandes organizações mundiais nos movimentos feministas. Para a autora, as ONGs desempenham um papel mais assistencialista do que efetivamente político. Segundo a autora, essas organizações se limitam a atender às necessidades mais básicas e urgentes da população, mas não se propõem a construir, em diálogo com ela, um projeto político de longo prazo que vise a destruir as raízes estruturais dos problemas sociais.

Além dessa postura mais moderada e assistencialista assumida por amplos setores do movimento feminista brasileiro a partir da década de 1980, o descrédito vivido pela tradição marxista, por essa mesma época, também pode nos ajudar a entender a completa ausência de uma perspectiva de classes no debate sobre direitos reprodutivos feito por uma produção brasileira como o *Mulherio*. Naquele momento, relembremos a partir de Rojas (2017), a tradição marxista estava tendo a sua validade contestada em função da crise do chamado “socialismo real”. Em função do colapso da URSS, as teorias e os conceitos forjados no seio do materialismo histórico, dentre eles, o da própria “classe”, passaram a ser atacados, como se eles não servissem mais para explicar os fenômenos sociais.

POR UM FEMINISMO ANTICAPITALISTA E ANTIRRACISTA

Em oposição a produções feministas como o *Mulherio*, que, no debate das questões reprodutivas, tendia a desconsiderar recortes como o de raça, bem como a estrutura de classes que fundamenta a sociedade, nós compactuamos com análises que não apenas consideram essas dimensões, mas que também apontem para a superação da totalidade complexa e contraditória do capitalismo. Nesse sentido, é de suma importância que resgatemos as contribuições de feministas que têm se esforçado para explicar as imbricações entre gênero, classe e raça.

Heleieth Saffioti, socióloga que é uma das grandes expoentes do pensamento social e político brasileiro, foi uma das pioneiras, no mundo, a desenvolver uma teoria para explicar as imbricações entre capitalismo e patriarcado. Em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, escrito no final da década de 1960, ela demonstra, de forma contundente, que a submissão feminina não se trata de mero resquício de sociedades pré-capitalistas – portanto, um dado supostamente alheio ao capital. Para Saffioti (2013), e esta é a principal tese que atravessa todo o seu livro, a discriminação das mulheres trata-se, na verdade, de um mecanismo racionalmente operado pela ordem capitalista para conter as tensões provocadas pelos processos de acumulação de capital.

Por meio de uma análise materialista histórica dialética, a autora nos mostra que muito embora o capitalismo tenha promovido uma igualdade jurídica entre homens e mulheres, ele aprofundou, em termos concretos, as desigualdades entre os sexos. Uma vez que o capitalismo se utiliza da subordinação das mulheres, Saffioti (2013) alega que não faz sentido a existência de um movimento feminista autônomo, que lute pela emancipação feminina sem contestar a ordem de exploração imposta pela sociedade de classes. Nesse sentido, ao resgatar as contribuições de Marx, a socióloga não tem dúvidas de que é impossível acabar com a opressão das mulheres em uma sociedade que é estruturada pela exploração do trabalho. Desse modo, Saffioti (2013) considera que a luta pela emancipação feminina, ou seja, o feminismo, deve está articulada à luta pela emancipação humana, ou seja, ao socialismo.

Ao tratar das imbricações entre capitalismo e patriarcado, a socióloga também avança ao mostrar que a exploração de classe atinge homens e mulheres trabalhadores de formas distintas, opondo-se, portanto, a análises marxistas



economicistas, que tendem a tratar a classe de forma abstrata e homogênea. Além disso, uma vez que a sociedade capitalista não oferece soluções efetivas para a opressão das mulheres, Saffioti (2013) denuncia os limites das conquistas formais, que são importantes, sim, mas que se tratam de alternativas insuficientes para melhorar, em termos concretos, a condição social de todas as mulheres.

Mais recentemente, outra autora que também tem nos ajudado a pensar sobre as relações entre capitalismo e opressão das mulheres é a historiadora italiana Silvia Federici. Em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, a pesquisadora faz uma análise feminista do processo de formação do capitalismo, procurando destacar as suas consequências para as mulheres. No livro, Federici (2017) empreende uma análise dialética no sentido em que dialoga com a tradição marxista, ao mesmo tempo em que tece críticas ao próprio Marx e a determinadas vertentes do marxismo.

Um dos pontos levantados pela historiadora é o de que Marx, ao analisar o processo de gênese do capitalismo em *O Capital*, ignorou a divisão sexual do trabalho existente no seio da classe trabalhadora e a importância do trabalho reprodutivo desempenhado, majoritariamente, pelas mulheres. De outra forma, a teórica feminista também discorda do marxismo-leninismo, para o qual, segundo a autora, a opressão feminina, no capitalismo, seria explicada pela exclusão das mulheres do mercado de trabalho assalariado. Ou seja, tal como em Marx, a autora alega que essa linha de interpretação segue desprezando a importância do trabalho reprodutivo, feito pelas mulheres, para a acumulação de capital (FEDERICI, 2017).

Em oposição a essas vertentes, Federici (2017) se esforça para mostrar que a exploração da capacidade reprodutiva das mulheres, que, na história, encontrou maior expressão no fenômeno da caça às bruxas na Europa, cumpre um papel central no processo de acumulação de capital. Em oposição a Marx, que supervalorizava o trabalho produtivo, desempenhado majoritariamente por homens no espaço das fábricas, a historiadora desenvolve uma análise sobre a acumulação primitiva que coloca no centro o conceito de “trabalho reprodutivo”, que abrange todo o trabalho doméstico, de procriação e cuidado, exercido, majoritariamente, pelas mulheres, no espaço privado de suas casas.

De acordo com a autora, a nova divisão sexual do trabalho definida pelo capitalismo, a qual opôs o trabalho produtivo – remunerado e reconhecido como socialmente necessário – ao reprodutivo – invisibilizado e não remunerado, exercido majoritariamente pelas mulheres – explicaria a subordinação feminina. Por outro lado, a não remuneração do trabalho reprodutivo também teria promovido a desvalorização direta da força de trabalho assalariada, uma vez que todo o trabalho de cuidado, necessário à reposição diária dos trabalhadores, não é pago pelos capitalistas, mas feito cotidianamente e gratuitamente pelas mulheres (FEDERICI, 2017).

Por meio de seu estudo, Federici (2017) nos mostra que a divisão sexual do trabalho que delega aos homens as atividades produtivas, e, às mulheres, as reprodutivas, não é um dado natural, mas surgiu historicamente, no processo de formação do capitalismo, um sistema que, para potencializar a exploração da classe trabalhadora, redefiniu as desigualdades de gênero. Além disso, ao estudar a relação entre subordinação feminina e exploração do trabalho, a autora polemiza ao alegar que, no capitalismo, a feminilidade não se trata, tão somente, de um dado cultural, tal como as vertentes pós-estruturalistas tendem tratar o gênero, mas ela é, também, um trabalho.

É importante dizer que a produção de Federici é alvo de críticas da parte de muitos marxistas que discordam das interpretações que ela faz da obra de Marx. Por outro lado, outra crítica recorrente é a de que ela, na condição de historiadora que estuda um processo histórico relativamente longo, incorre em generalizações perigosas^{xxii}. Sem invalidar essas críticas, nós destacamos, de nossa parte, as contribuições que a análise de Federici (2017) proporciona para o entendimento das relações estruturais entre opressão das mulheres e exploração de classe, mostrando, tal como Saffioti (2013), que a subordinação feminina não é um dado alheio ao modo de produção capitalista, mas é a condição mesma para os processos de acumulação e valorização do capital.

E pela mesma época em que tivemos, na Europa, a caça às bruxas, estudado por Federici (2017), e que perseguiu, torturou e matou, em sua maioria, mulheres que se negavam a se submeter à nova ordem de dominação, também tivemos, nas Américas, o início dos processos de colonização. Esses eventos, não nos esqueçamos, foram marcados pelo extermínio das populações nativas que aqui viviam e pelo tráfico e escravização das populações africanas – eventos esses que, tal como a caça às bruxas, também foram fundamentais no processo de acumulação primitiva do capital. E se a caça às bruxas na Europa nos permite entender a maneira com que o capitalismo se articula com a opressão das mulheres, como nos é mostrado por Federici (2017), a história da colonização nos revela que, à maneira do que acontece com o sexismo, o capitalismo também sabe se utilizar muito bem do racismo para dividir e explorar a classe trabalhadora.



Em seu clássico *Mulheres, raça e classe*, livro publicado pela primeira vez no início da década de 1980, mas somente traduzido no Brasil em 2016, a filósofa estadunidense Angela Davis, sem abandonar uma postura socialista que busca a união dos trabalhadores para a superação do capitalismo, discute, sob vários aspectos, a condição social específica das mulheres negras. Para Davis (2016), é impossível entender a condição social que tem caracterizado a vida das afro-americanas no presente sem considerar o passado histórico da escravidão.

Neste livro, Davis (2016) destaca, por exemplo, a forma contraditória com que as mulheres negras têm se relacionado, historicamente, com a ideologia burguesa da feminilidade. Por um lado é preciso reconhecer que, durante os séculos de escravidão, e do ponto de vista da exploração do trabalho, os senhores brancos não faziam qualquer distinção de gênero entre homens e mulheres negras, uma vez que todos, de forma indistinta, eram vistos como propriedade, e ambos deveriam realizar rotinas extenuantes de trabalho nas *plantations*. Porém, quando analisamos os castigos impostos àqueles que resistiam à escravização, vemos que as mulheres negras, em função de sua condição de gênero, estavam mais vulneráveis a serem abusadas sexualmente (DAVIS, 2016).

E se ao longo do processo de formação do capitalismo, a ideologia burguesa passou a reafirmar valores como feminilidade e domesticidade, os quais impunham, às mulheres brancas dos setores altos e médios, o papel de mães e donas de casa (FEDERICI, 2017), é preciso reconhecer que esses mesmos ideais não se aplicavam ao tratamento dado às mulheres negras escravizadas nas colônias. Sobre isso, Davis (2016) destaca, por exemplo, que mesmo grávidas ou no período de amamentação, as escravizadas não eram isentas do trabalho pesado nas lavouras. Para os senhores brancos, que oprimiam as suas familiares brancas do sexo feminino, não fazia o menor sentido tratar as escravizadas, suas propriedades, como “mães”, da mesma forma que seus filhos, também tratados como propriedades, não eram vistos como crianças que mereciam atenção e cuidado.

É desnecessário dizer que a abolição formal da escravidão não trouxe mudanças substantivas para a vida concreta das populações negras. Muito embora a escravidão tenha sido abolida formalmente, a lógica de dominação que marcava as relações senhor/escravo continuava a ser reproduzida, de forma ressignificada, nas novas relações de trabalho. E uma vez que a extinção da escravidão não foi acompanhada de mudanças estruturais, o destino social das mulheres negras foi, contudo, não muito diferente de outrora: de escravas exploradas nas lavouras, elas se tornaram, majoritariamente, empregadas domésticas – as serviçais das famílias brancas (DAVIS, 2016).

Ao falar da relação entre mulheres negras e serviços domésticos, Davis (2016) destaca que, entre os anos 1960 e 1970, quando houve a eclosão dos movimentos feministas, as mulheres brancas, que varriam as ruas exigindo a “emancipação feminina”, eram as mesmas que, no espaço privado de suas casas, exploravam a mão-de-obra das mulheres negras, suas empregadas domésticas.

É válido dizer que muito embora as análises de Davis (2016) se limitem à história dos EUA, elas nos permitem refletir, sob vários aspectos, sobre a condição social das afro-brasileiras, uma vez que a história do Brasil, tal como a daquele país, também é marcada pela escravização das populações negras e por um processo abolicionista que, na prática, trouxe poucas mudanças para a condição social das populações negras. Por outro lado, Davis (2016) e diversas outras autoras do chamado feminismo negro que vêm sendo lidas e discutidas na atualidade mostram-nos como que as articulações contraditórias entre gênero, raça e classe resultam em experiências concretas distintas para os diferentes grupos de mulheres. Reconhecer essas diferenças, contudo, não deve ocasionar, tanto no nível teórico quanto, sobretudo, no nível prático, em fragmentações e isolacionismos, mas em análises e estratégias de luta que busquem lidar com essas complexidades.

Ao trazermos essas autoras, não tivemos a pretensão de fazer um levantamento exaustivo, nem tampouco esgotar a discussão sobre os cruzamentos entre gênero, classe e raça. Nossa intenção foi argumentar que uma vez que o capitalismo, o sexismo e o racismo estão articulados e, juntos, formam um todo complexo e contraditório, a luta contra essas estruturas também deve ocorrer de forma conjunta.

As relações entre classe, gênero e raça demandam, portanto, a adoção de uma práxis interseccional, ou seja, de uma postura teórico-prática que considere as relações entre essas categorias. Porém, diferentemente das aplicações liberais comumente feitas dessa abordagem, que tão somente se limitam ao nível meramente descritivo, defendemos um uso analítico e antissistêmico dessa ferramenta (MACHADO, 2017). Em outras palavras, defendemos que, para além de mostrar *os efeitos* dos cruzamentos entre capitalismo, sexismo e racismo, a interseccionalidade deve, acima de tudo, apontar para *as raízes* estruturais dessas relações, com o objetivo de destruí-las.

Por fim, uma abordagem interseccional de viés antissistêmico nos permite avaliar os limites de uma produção feminista como o *Mulherio*, aqui analisada. Como vimos, ao empreender o debate dos direitos reprodutivos na década de 1980, esse jornal deu pouca importância para os recortes de raça e classe. No entanto, criticar os limites dessa produção não



significa desprezar o seu uso como fonte histórica. No campo da história, tratar desses limites, na verdade, faz parte do processo de crítica documental, ao qual toda fonte deve ser submetida.

A nós nos interessa, muito mais, analisar a forma com que essa produção dialogava com a sociedade de seu tempo para podermos avançar na luta por direitos reprodutivos. Essa luta – não podemos nos esquecer – não é apenas do interesse das mulheres, mas de toda a sociedade. E uma vez que a exploração da capacidade reprodutiva das mulheres é condição para o capitalismo (FEDERICI, 2017), a luta por direitos reprodutivos deve estar articulada à luta pela superação da sociedade de classes.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, analisamos a forma contraditória com que o *Mulherio* (1981-1988) empreendeu o debate das questões reprodutivas. A publicação em questão tratava-se de um jornal feminista brasileiro produzido na década de 1980, o qual recebia apoio financeiro de instituições privadas. A principal delas foi a Fundação Ford, uma instituição filantrópica estadunidense que, à época, investiu, entre outras coisas, na promoção individual das mulheres com vistas a reduzir as taxas de natalidade de países de capitalismo dependente como o Brasil.

Como vimos, o *Mulherio* era produzido por feministas acadêmicas que realizavam pesquisas sobre a condição social feminina. Em grande medida, suas produtoras se tratavam de mulheres brancas, intelectualizadas e pertencentes aos setores médios do sudeste brasileiro – sobretudo de São Paulo, cidade em que a publicação era produzida. Vimos, também, que o debate dos direitos reprodutivos feito pelas feministas do *Mulherio* era marcado pela ausência de recortes de raça e de uma perspectiva classista. Ou seja, a despeito da presença de mulheres negras, como Lélia Gonzalez, bem como de mulheres socialistas, como Heleieth Saffioti, em seu corpo editorial, a produção aqui analisada tendeu a dar pouca importância para as relações estruturais entre capitalismo, racismo e sexismo – o que lhe impediu, de certo modo, de assumir uma postura explicitamente antirracista e anticapitalista no tratamento dado às questões feministas.

Por fim, a análise de uma produção feminista como o *Mulherio* nos permite avaliar de forma crítica uma experiência histórica passada, entendendo os seus limites e contradições, para avançarmos na luta por direitos reprodutivos no presente. Uma luta que deve ser guiada por uma práxis interseccional que seja capaz de articular a luta pela emancipação feminina, que abrange a autonomia reprodutiva, às lutas contra a opressão racista e a exploração do trabalho empreendida pela sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. *Das análises sociais aos direitos humanos*. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. Uma parceria para a mudança social*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, 2002, p. 201-240.

CARDOSO, Elizabeth da P. *A imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

CHAVES, Wanderson da Silva. *O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*. 2011. 165 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001, p. 13-30.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *Revista Outubro*, n. 26, jul. de 2016, p. 31-56.



HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LORDE, AUDRE. *Irmã Outsider*. 1ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017: De O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)*, 2017, Niterói, Anais... Niterói: Niep-Marx, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf> . Acesso: 01 março de 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2007.

MIRANDA, Karolliny J. das Neves; CORDÃO, Michelly P. Sousa. Filantropia corporativa a serviço do capital: uma visão histórico-crítica do fomento da Fundação Ford à produção feminista acadêmica brasileira (1978-1998). *Revista Angelus Novus*. v. 12, n. 17, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189590>. Acesso: 01 março de 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo*. 1996. 103 f. Tese (Livre-Docência). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1996.

PITANGUY, Jaqueline. *O Movimento Nacional e Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos*. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (Orgs.). *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, p. 19-38.

ROCHA, Ednéia Silva Santos. *A Fundação Ford e o fomento para instituições estratégicas e lideranças acadêmicas no Brasil: análise sobre a parceria com a Fundação Getúlio Vargas*. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2015.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *A historiografia no século XX: história e historiadores entre 1848 e... 2025?* 1ª edição, São Paulo: Edusp, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.2: 264, mai./ago. 2004, p. 35-50.

SOUZA, Cecilia de Mello e. *Dos estudos populacionais a saúde reprodutiva*. In: WITOSHYNKY, Mary; BROOKE, Nigel (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. Uma parceria para a mudança social*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, 2002, p. 131-166.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOLFF, Cristina Scheibe. *O gênero da esquerda em tempos de ditadura*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 138-155.

NOTAS

ⁱ No senso-comum, a expressão “classe média” é mais empregada. Contudo, em nossas pesquisas, evitamos utilizá-la. Fundamentadas na tradição marxista, entendemos que “classe” refere-se à posição relativa ao modo de produção. Nesse sentido, no caso da sociedade capitalista, há pelo menos duas classes fundamentais: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que apenas dispõe de sua força de trabalho. Apesar de antagônicas, burguesia e proletariado não podem ser vistas de forma homogênea, tampouco a-histórica. Em outras palavras, é preciso entender que essas classes apresentam disputas e conflitos internos, e variam ao longo do tempo e do espaço da história do capitalismo. Dito isso, é preciso entender que o termo “classe média” não se refere ao uma classe propriamente dita, no sentido marxista do termo. Na verdade, ele é um termo que faz referência a grupos que, em função da renda, possuem um poder de consumo relativamente amplo. Porém, muito embora possuam poder aquisitivo para adquirir mercadorias, bens e serviços, e maiores acessos a cidadania, uma vez que, no capitalismo, o acesso a direitos é mediado pelo capital, os grupos de classe média não possuem poder econômico no sentido de definir os rumos no âmbito da produção.

ⁱⁱ No jornal, essa informação passa a constar a partir da edição de número 23, referente aos meses de outubro-novembro-dezembro de 1985. Outro dado interessante é que foi a partir dessa mesma edição que a capa do jornal passou a ser colorida. E destaque



também deve ser dado à edição de número 27, referente aos meses de dezembro-fevereiro de 1987, que surpreendentemente registra a tiragem de 33 mil exemplares, a maior da história do *Mulherio*.

ⁱⁱⁱ Para além das capitais, na região Sul o *Mulherio* circulou pelas cidades de: Santa Maria e Caxias do Sul. Na região Sudeste: Campinas, Lins, Uberlândia, Juiz de Fora, Barretos e Taubaté. Interessante é que Minas Gerais foi o único estado brasileiro em que o jornal não circulou na capital.

^{iv} Fonte: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336>. Acesso em: 28 outubro de 2021.

^v Fonte: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336>. Acesso em: 28 outubro de 2021.

^{vi} Em 1988, após perder o financiamento da FF, as produtoras do *Mulherio* se lançaram em uma nova estratégia. Mudaram a proposta editorial do jornal: este, que passava a ser chamar *Nexo: feminismo, informação e cultura*, passava a assumir uma perspectiva mais cultural do que propriamente política. A mudança visava a atrair um público maior de leitores para que assim a publicação continuasse sendo produzida. Contudo, esse objetivo não foi alcançado e as produtoras decidiram por encerrar de vez as atividades. Assim: em abril de 1988 era publicada a última edição do *Mulherio*, sob o financiamento da FF e, em julho de 1988, era publicada a segunda e última edição de *Nexo: feminismo, informação e cultura*, marcando o fim dos trabalhos daquelas que, por quase uma década, estiveram envolvidas com a produção do *Mulherio*.

^{vii} Além dessa produção, outros projetos feministas também se destacam na lista dos principais beneficiários da Fundação Ford no Brasil: Geledés – Instituto Mulher Negra, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea), Themis – Estudos de Gênero e Assessoria Jurídica, Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, Rede Regional do Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero, SOS – Corpo, Gênero e Cidadania, SOS Mulher – Centro de Informação Sobre da Mulher e o Coletivo Feminista – Sexualidade e Saúde. Segundo informações divulgadas pela própria instituição, esses projetos são apenas os que receberam, entre 1966 e 2001, quantias superiores a cem mil dólares, o que nos sugere que essa lista possa ser ainda maior. Para saber mais, leia: ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. *Das análises sociais aos direitos humanos*. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (Orgs.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil. Uma parceria para a mudança social*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, 2002, p. 201-240.

^{viii} MULHERIO, maio-junho de 1984, p. 15.

^{ix} MULHERIO, abril-maio-junho de 1985, p. 9.

^x MULHERIO, abril-maio-junho de 1985, p. 16.

^{xi} MULHERIO, abril-maio-junho de 1985, p. 16.

^{xii} Essa expressão faz referência ao livro de mesmo nome escrito pela brasileira Ana Maria Gonçalves, e publicado pela primeira vez em 2006. Segundo os editores, a obra conta a “Fascinante história de uma africana idosa, cega e à beira da morte, que viaja da África para o Brasil em busca do filho perdido há décadas. Ao longo da travessia, ela vai contando sua vida, marcada por mortes, estúpos, violência e escravidão.”

^{xiii} MULHERIO, abril-maio-junho de 1985, p. 8.

^{xiv} Dentre os vários feitos de Gonzalez, destaco o seu envolvimento com a fundação do Movimento Negro Unificado, em fins da década de 1978, e o seu projeto audacioso de descolonização do feminismo, com a sua defesa de um feminismo afrolatinoamericano. Para saber um pouco mais sobre quem foi Lélia Gonzalez e algumas de suas tantas contribuições para o pensamento social e político brasileiro, acesse: <https://www.geledes.org.br/lelias-em-movimento/>. Acesso em 04 abril de 2022.

^{xv} Foram elas, por ordem cronológica: “Mulher negra” (setembro-outubro de 1981, p. 8-9); “De Palmares às escolas de samba, tamos aí” (janeiro-fevereiro de 1982); “Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô” (março-abril de 1982, p. 3); “E a trabalhadora negra, cumé que fica?” (maio-junho de 1982, p. 9).

^{xvi} MULHERIO, p. 8-9.

^{xvii} MULHERIO, setembro-outubro de 1981, p. 8.

^{xviii} MULHERIO, setembro-outubro de 1981, p. 8

^{xix} A expressão “feminismo negro” e suas variações se popularizaram na atualidade, sobretudo pelo mercado editorial. Por um lado, utilizamo-la, pois consideramos o seu uso pertinente no âmbito acadêmico, sobretudo, quando empregada em oposição a um feminismo hegemônico por mulheres brancas dos setores altos e médios, que durante muito tempo desprezaram as demandas de mulheres pertencentes a outros grupos sociais, como foi o caso das mulheres negras e de outras minorias étnicas. Por outro lado, contudo, também lhe fazemos uma crítica, pois consideramos a expressão limitada, uma vez que ela apresenta inconsistências teóricas. Isso porque ela abriga, sim, feministas que, do ponto de vista étnico-racial, são racializadas como “negras”, porém, do ponto de vista teórico-metodológico, e, sobretudo, do ponto de vista político-estratégico, apresentam profundas divergências. Nesse sentido, a expressão “feminismo negro” é limitada uma vez que reúne, em um mesmo marcador, autoras desde Djamilia Ribeiro, uma feminista brasileira de viés liberal e pós-estruturalista, a Angela Davis, uma feminista estadunidense de perspectiva socialista revolucionária, por exemplo. Em suma, informamos que utilizamos a expressão, mas conscientes das suas limitações epistemológicas.

^{xx} Análises de viés pós-estruturalista, quando consideram a “classe”, costumam diluí-la. No entendimento desses pesquisadores, a dimensão de classe consistiria em apenas mais um entre tantos (infinitos!) recortes sociais. Em oposição a essas análises, a perspectiva marxista revolucionária que fundamenta este trabalho entende que a “classe” não é, tão somente, um recorte, mas a estrutura histórica-concreta que fundamenta a sociedade. Por outro lado, reconhecer que a classe é o fundamento da sociedade não implica desprezar categorias como gênero, raça e sexualidade, por exemplo, como marxistas conservadores o fazem.

^{xxi} Aqui é importante destacar uma diferença básica entre obra marxiana, que foi a produzida pelo próprio Marx, e a chamada tradição marxista, que consiste nas posteriores apropriações que dela foram feitas. Para saber mais ver: NETTO, José Paulo. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

^{xxii} Para saber mais, veja: <https://lavrapalavra.com/2020/12/22/silvia-federici-a-exploracao-das-mulheres/>. Acesso em 21 fevereiro de 2022.

